



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E  
COMBATE À FOME**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**344ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de  
Assistência Social**

**Ata da ordem dos dias 13 e 14 de novembro de 2025**

**Brasília/DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E  
COMBATE À FOME**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**Ata da 344ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social**

**Local:** Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 1º Andar. Brasília/DF

**Local Virtual:** Plataforma Zoom

**Data:** 13 e 14/11/2025

Nos dias treze e quatorze do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, durante a realização da 344ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, conduzida pelo presidente Edgilson Tavares de Araújo, contou com a participação dos (as) seguintes conselheiros (as): Ismael Ultino Tavalone, Titular e Representante do Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores – MONPAD; Márcia de Carvalho Rocha, Titular, Vice-Presidente do CNAS e Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigas(os) das(os) Excepcionais – FENAPAES; Margareth Alves Dallaruvera, Titular e Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT – CNTSS/CUT; Maria Carolina Pereira Alves, Titular e Representante da Secretaria Nacional de Cuidados e Família; Ricardo de Santana Marques, Suplente e Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Shirley de Lima Samico, Titular e Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Solange Bueno, Titular e Representante do Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social – FNUSUAS; Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Titular e Representante da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes; e Edgilson Tavares de Araújo, Titular, Presidente do CNAS e Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

**ABERTURA:** A reunião foi aberta pelo presidente Edgilson Tavares de Araújo, que deu início aos trabalhos ressaltando o cronograma das atividades, destacando que a pauta incluía a aprovação da ata anterior, análises de relatos de comissões, leitura de documentos e apreciação de propostas encaminhadas pelos grupos de trabalho e pelas comissões temáticas. Foi realizada a leitura da pauta na íntegra, contendo datas, horários e organização das atividades entre os dias onze, doze, treze e quatorze de novembro, incluindo reuniões da Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, reuniões internas de alinhamento, reuniões ampliadas, apreciações de resoluções e informes. Houve sugestão registrada pela vice-presidente Márcia de Carvalho Rocha

para ajustes na ordem das apresentações, propondo que, devido à necessidade de aprovação do regimento interno da 14ª Conferência ainda pela manhã, fosse priorizada sua apreciação e, em seguida, a Comissão de Política, que possuía três resoluções e uma nota previstas. Os conselheiros manifestaram concordância e foi encaminhado que a sequência seria reorganizada para garantir que o regimento fosse apreciado com prioridade, ficando registrado como encaminhamento aprovado pelo colegiado. Em continuidade, realizou-se a leitura e análise da proposta de calendário anual. Durante o debate, conselheiros discutiram a distribuição das datas de reuniões ordinárias, comissões e encontros regionais, considerando feriados e sobreposições. Foram feitas sugestões referentes aos meses de novembro e dezembro, com ajustes para evitar datas coincidentes com feriados e períodos críticos. Houve deliberação sobre a retirada das reuniões regionais do calendário, ficando definido que as metodologias e temas dessas reuniões seriam discutidos pela Comissão de Acompanhamento dos Conselhos, CAC, na reunião de fevereiro de dois mil e vinte e seis. Encaminhou-se também que os conselheiros enviassem propostas de metodologias e temas à CAC para subsidiar a discussão. Incluiu-se ainda a necessidade de pautar na Presidência Ampliada a inclusão da posse dos conselheiros da gestão dois mil e vinte e seis a dois mil e vinte e oito na programação da reunião trimestral de nove de junho de dois mil e vinte e seis. Após leitura de todos os encaminhamentos, o calendário foi submetido ao pleno e aprovado sem manifestações contrárias. A seguir, passou-se ao item referente à análise das contribuições da consulta pública relativas à revisão da Resolução CNAS nº 34 de dois mil e onze. O conselheiro Elias de Sousa Oliveira apresentou o relato da reunião da Comissão de Normas realizada em dez de novembro de dois mil e vinte e cinco, destacando que a comissão iniciou a análise das contribuições enviadas, acolheu diversas sugestões, ajustou trechos da redação e avançou até o artigo sétimo, inciso sétimo, porém sem tempo hábil para concluir a apreciação. O conselheiro registrou agradecimento público às conselheiras Catarina de Santana Silva e Mallon Francisco Felipe Rodrigues Aragão, que deram continuidade aos trabalhos durante sua ausência motivada pelo falecimento de um colega. Foram definidos encaminhamentos, incluindo o envio do arquivo atualizado aos conselheiros da comissão e ao grupo de trabalho das resoluções, bem como a marcação de nova reunião para continuidade da análise, conforme data prevista na agenda das comissões. Todos os encaminhamentos foram acatados pelo pleno. Em seguida, discutiu-se solicitação de reunião do grupo de trabalho para vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e cinco, das nove às doze horas, para continuidade das atividades relacionadas às resoluções CNAS nº 33 e nº 34. Houve esclarecimento pelo conselheiro Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral sobre a

56 natureza da reunião, sendo confirmado que se tratava de encontro do grupo de trabalho. Encaminhou-  
57 se a aprovação da prorrogação, por seis meses, do prazo do grupo de trabalho responsável pelos  
58 estudos e atualizações das resoluções CNAS nº 33 de dois mil e onze, nº 34 de dois mil e onze e nº  
59 14 de dois mil e quatorze. A prorrogação foi aprovada sem votos contrários ou abstenções. Em  
60 continuidade aos trabalhos, deu-se prosseguimento à leitura da minuta de resolução referente à  
61 prorrogação do grupo de trabalho instituído pela Resolução CNAS/MDS nº 195, de treze de maio de  
62 dois mil e vinte e cinco. Foi lido o texto integral da proposta, contendo preâmbulo, artigos e  
63 justificativas, incluindo referência à publicação no Diário Oficial da União, às competências  
64 atribuídas pela Lei nº 8.742 de sete de dezembro de mil novecentos e noventa e três e ao Regimento  
65 Interno do CNAS. Após a leitura, foi verificado se havia destaques, não havendo manifestações, sendo  
66 a resolução considerada aprovada. Na sequência, passou-se aos itens relacionados à Comissão de  
67 Acompanhamento dos Conselhos, iniciando pela parceria referente ao espaço virtual do CNAS no  
68 ambiente do Capacita MDS/SAGICAD, incluindo deliberação sobre nomenclatura e estrutura. Houve  
69 apresentação da pauta e contextualização das atividades realizadas no período anterior, incluindo  
70 reuniões da Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, reuniões  
71 internas, reuniões ampliadas e ajustes de horários previamente aprovados pelo pleno, constando em  
72 ata que essas adequações atenderam às necessidades operacionais e de prazos para a diagramação de  
73 materiais da conferência. Na continuidade da reunião, passou-se à apreciação da memória da reunião  
74 da Comissão de Acompanhamento dos Conselhos. Foram apresentados os resultados da revisão do  
75 plano de ação da comissão, destacando-se que as discussões avançaram até a meta três, sendo  
76 registrado que a continuidade está prevista para fevereiro de dois mil e vinte e seis. Foi realizada  
77 também a apresentação do relatório mensal da ação orçamentária 8249, relativo a passagens e diárias.  
78 A secretária-executiva substituta do CNAS, Randriene Maia, apresentou dados sobre despesas,  
79 empenhos, saldos disponíveis, percentuais utilizados e projeções até o fim do exercício, ressaltando  
80 que os valores seriam operados para custear tanto a presente reunião quanto a 14ª Conferência  
81 Nacional de Assistência Social. Todos os dados apresentados foram registrados para conhecimento  
82 do pleno, sem questionamentos que alterassem o encaminhamento geral. Após os informes  
83 orçamentários, seguiram-se os registros sobre dificuldades de quórum qualificado para determinada  
84 pauta da sociedade civil, conforme exposto pela conselheira Andréia Fernandes Teixeira. Foram feitos  
85 esclarecimentos sobre participação presencial e on-line, considerando limitações de recursos. A vice-  
86 presidente Márcia de Carvalho Rocha propôs nova data, dezesseis de novembro, no período da

87 manhã, em formato virtual, sendo acordado que a verificação do quórum ficaria sob responsabilidade  
88 da secretaria executiva. O conselheiro Elias de Sousa Oliveira reforçou que havia manifestações no  
89 chat, provenientes do público acompanhando a reunião, demonstrando expectativa pela aprovação do  
90 plano nacional, esclarecendo que tal aprovação não estava prevista para aquela data, sendo este  
91 registro incluído em ata como resposta institucional para evitar interpretações equivocadas. Na  
92 sequência, passou-se à apresentação do Prontuário SUAS. A diretora do Departamento de Gestão do  
93 SUAS da Secretaria Nacional de Assistência Social, Clara Carolina de Sá, destacou fundamentos  
94 jurídicos, princípios éticos e requisitos de proteção de dados, enfatizando o caráter sigiloso, protetivo  
95 e ético da ferramenta. Em seguida, o coordenador-geral Paulo Eugênio Clemente Júnior apresentou  
96 os aspectos técnicos do processo de desenvolvimento e aprimoramento do prontuário, ressaltando que  
97 o sistema está integrado ao Cadastro Único em tempo real, permitindo registro individualizado dos  
98 membros das famílias, migração de informações em situações de mudança de composição familiar  
99 ou de território, e controle rigoroso por autenticação e perfis de acesso. Destacou-se ainda que o  
100 prontuário é de uso exclusivo dos profissionais do SUAS, com níveis diferenciados de acesso  
101 conforme formação e atribuições. Após a apresentação, a comissão encaminhou ao pleno a apreciação  
102 e aprovação por quórum qualificado da minuta de resolução que dispõe sobre diretrizes do Prontuário  
103 Eletrônico do Sistema Único de Assistência Social. A minuta, contendo fundamentação legal e artigos  
104 iniciais, foi lida em sua íntegra conforme transmitido no áudio. Em continuidade, a reunião  
105 encaminhou a previsão de capacitações relacionadas à 14ª Conferência Nacional de Assistência  
106 Social. Foram registradas informações sobre datas e horários das transmissões formativas, com lives  
107 simultâneas por região. Ficou definido que seriam cinco salas conduzidas por conselheiros da  
108 Comissão Organizadora, representantes governamentais, sociedade civil, membros da relatoria e  
109 equipe de apoio. A proposta foi submetida ao pleno e aprovada. Em seguida, foi apreciada a proposta  
110 de ficha de avaliação da conferência, apresentada pela UFAL, contendo dois instrumentos: um de  
111 avaliação de infraestrutura e outro de avaliação política. Foi encaminhado que a secretaria executiva  
112 enviaria, como referência, o modelo utilizado pelo CNAS, sendo o item aprovado pelo pleno. A  
113 seguir, registrou-se a leitura de demanda encaminhada pela Articulação dos Povos Indígenas do  
114 Brasil, APIB, solicitando mapeamento de delegados indígenas eleitos nas etapas municipais e  
115 estaduais para a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, com vistas à realização de diálogo  
116 político prévio junto à FUNAI. O pedido incluiu também a solicitação de reserva mínima de vinte  
117 vagas para observadores indígenas na etapa nacional, visando garantir representatividade e

acompanhamento qualificado dos debates. O conteúdo integral do ofício e sua justificativa estratégica foram lidos e registrados em ata. Passou-se à leitura da proposta de nota encaminhada pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, referente ao posicionamento contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 18 de 2011, conforme documentação enviada pelo CONANDA. O documento expressou oposição ao trabalho sob regime de tempo parcial a partir dos quatorze anos, destacando que a medida viola normas constitucionais, convenções internacionais e princípios da proteção integral, além de gerar prejuízos à saúde, ao desenvolvimento e à educação dos adolescentes. A nota foi lida integralmente, com registro de suas considerações sobre impactos sociais, econômicos e profissionais, sendo encaminhado que o CNAS referendaria a nota e a divulgaria amplamente. O pleno aprovou o encaminhamento sem votos contrários ou abstenções. Durante a discussão, o presidente Edgilson Tavares de Araújo solicitou que constasse em ata que o CNAS publicou em suas redes sociais e aprovou previamente outras duas notas: a nota de repúdio à chacina ocorrida no Rio de Janeiro e a nota contrária ao PDL sobre pedofilia, apoiando o posicionamento do CONANDA. Registrou-se ainda a proposta de que na Conferência Nacional houvesse um espaço para reunir e expor todas as notas produzidas pelo CNAS ao longo do ano, a fim de dar visibilidade às manifestações do conselho. Em seguida, retomando a pauta relativa ao Prontuário SUAS, continuou-se a leitura da minuta de resolução, incluindo seus artigos que tratam de princípios, diretrizes, natureza do prontuário, finalidade, responsabilidade profissional, perfil de acesso e integração com demais instrumentos da política de assistência social. Foram lidos artigos que tratam do direito das famílias e indivíduos ao prontuário, das regras de sigilo, das normativas sobre proteção de dados e das atribuições dos profissionais responsáveis pelo registro. A leitura avançou pelas disposições sobre visitas domiciliares e parcerias possíveis para a oferta do serviço, incluindo a necessidade de observância das normativas da Política Nacional de Assistência Social, resoluções vigentes e requisitos do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. A equipe de referência do serviço foi detalhada, conforme previsto na minuta, incluindo atribuições, exigências de formação profissional e funções específicas para o técnico de referência no acompanhamento das famílias, planejamento, registro, educação permanente, articulação com a rede socioassistencial e acompanhamento de educadores sociais. Foram registradas em ata a leitura integral do Capítulo 3 da proposta, referente à composição da equipe de referência nos municípios e no Distrito Federal, os critérios de vinculação ao CRAS, bem como os itens relacionados aos processos de planejamento, organização, fluxos intersetoriais e monitoramento. Também foram lidos os trechos referentes às

149 metas, critérios de transição, cofinanciamento federal, manutenção de tetos financeiros e prazos de  
150 implementação, incluindo a previsão de finalização do período de transição em trinta e um de  
151 dezembro de dois mil e vinte e seis. A proposta foi submetida à votação nominal. Votaram  
152 favoravelmente Shirley de Lima Samico e Marcílio Marquesini Ferrari, entre outros integrantes que  
153 já haviam declarado voto. Não houve votos contrários ou abstenções. Com dezesseis votos favoráveis,  
154 a resolução foi aprovada. Em seguida, o presidente Edgilson Tavares de Araújo declarou a aprovação  
155 formal da resolução e encaminhou a continuidade dos trabalhos. Na sequência, o conselheiro Ricardo  
156 de Santana Marques apresentou o item referente ao edital de credenciamento nº 20/2025, que trata de  
157 entidades privadas sem fins lucrativos que realizam acolhimento exclusivamente voluntário em  
158 regime residencial transitório extra-hospitalar no modelo de atendimento a pessoas com transtornos  
159 por uso de substâncias. Foi feita leitura da justificativa sobre a importância de diferenciar as unidades  
160 de atendimento vinculadas ao SUAS das unidades extra-hospitalares previstas no edital. A comissão  
161 apresentou ao pleno a proposta de nota de posicionamento do CNAS, reforçando a necessidade de  
162 delimitar o papel do SUAS, a natureza dos serviços socioassistenciais, os princípios antimanicomiais  
163 e as normativas que regem o acolhimento no âmbito da assistência social. O texto destacou que o  
164 SUAS não deve compactuar com práticas que restrinjam a autonomia dos usuários e que o  
165 acolhimento socioassistencial deve garantir proteção, segurança e respeito às liberdades individuais,  
166 nos termos da legislação vigente. Após leitura e discussão, foi encaminhado que a nota, uma vez  
167 aprovada, seria publicizada e enviada às entidades da RENILA. O conselheiro Elias de Sousa Oliveira  
168 registrou que, nos últimos dois anos, houve encontros presenciais e on-line em quase todos os estados  
169 para discutir a qualidade dos serviços oferecidos, ressaltando que o modelo defendido representa  
170 avanços significativos para trabalhadores e usuáries(os), rompendo com lacunas normativas  
171 anteriores e garantindo parâmetros mínimos de trabalho. Destacou que não há campos divergentes,  
172 mas defesa coletiva da qualidade do serviço. A manifestação foi registrada como declaração formal  
173 durante a discussão da pauta. Em continuidade aos trabalhos, passaram-se aos informes finais da  
174 Comissão de Política da Assistência Social. Foram retomados os artigos finais da minuta relativos à  
175 estruturação do serviço de visitas domiciliares para gestantes e crianças, incluindo diretrizes sobre  
176 metas, transição, cofinanciamento federal e aplicação dos saldos existentes do Programa Primeira  
177 Infância no SUAS/Criança Feliz para a execução dos serviços. A leitura avançou pelos capítulos  
178 referentes às disposições finais, incluindo esclarecimentos sobre responsabilidades do Ministério do  
179 Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e dos órgãos de controle da União

180 para solicitação de documentos e comprovação sobre o cumprimento das normativas previstas, bem  
181 como a indicação de que a resolução entrará em vigor a partir de primeiro de janeiro de dois mil e  
182 vinte e seis. Foi lida também a assinatura final do presidente do CNAS, Edgilson Tavares de Araújo,  
183 conforme a minuta apresentada. Após a leitura integral dos dispositivos, o presidente solicitou ao  
184 conselheiro Elias de Sousa Oliveira que, caso necessário, apresentasse esclarecimentos adicionais  
185 sobre o anexo, ficando registrado que as explicações seriam prestadas posteriormente caso houvesse  
186 demanda. Em seguida, retomou-se a apresentação da Comissão de Acompanhamento dos Conselhos,  
187 prosseguindo com os encaminhamentos registrados no relatório da SubTerceira, relativos ao  
188 lançamento de livros durante a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. Foi lido que Leonardo  
189 Koury e José Crus, com apoio da secretaria executiva do CNAS, assumiriam a curadoria simples do  
190 processo, incluindo organização de inscrições, logística de transporte, divulgação e acompanhamento  
191 dos autores. Foi registrado que despesas de deslocamento, alimentação e transporte de publicações  
192 seriam de responsabilidade dos próprios autores. Informou-se que o prazo de envio das inscrições  
193 seria até quatorze de novembro de dois mil e vinte e cinco, e que a atividade ocorreria no dia oito de  
194 dezembro de dois mil e vinte e cinco, das dezesseis às vinte horas, no Centro de Convenções Ulysses  
195 Guimarães, em Brasília. A SubTerceira propôs que o lançamento de livros ocorresse no palco cultural  
196 da conferência, sendo tal encaminhamento aprovado pelo pleno. Na continuidade da pauta, registrou-  
197 se a apresentação sobre o funcionamento da Relatoria da 14ª Conferência Nacional de Assistência  
198 Social, conduzida por Luziele Tapajós e Denise Colin. Foi informado que o funcionamento proposto  
199 foi acatado na íntegra pela SubTerceira e que os pontos focais para consolidação das sugestões ao  
200 regimento interno seriam Carlos Nambu e Luziele Tapajós. A Comissão Organizadora encaminhou  
201 que o projeto apresentado por Luziele Tapajós fosse enviado aos conselheiros do CNAS, sendo tal  
202 encaminhamento aprovado pelo pleno. Em seguida, passou-se à apresentação do Sistema de  
203 Regimento Interno da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. Carlos Nambu apresentou a  
204 sistematização das contribuições da consulta pública realizada entre dezessete de outubro e dez de  
205 novembro de dois mil e vinte e cinco, com quarenta e três destaques recebidos, analisados com base  
206 em informes, comunicados, deliberações e resoluções do CNAS. Encaminhou-se à plenária a  
207 apreciação e aprovação do regimento interno, que havia sido disponibilizado como Anexo 1.4,  
208 ficando registrado que a consulta pública demonstrou ampla participação da sociedade. Em  
209 prosseguimento à pauta da Comissão de Acompanhamento dos Conselhos, foram apresentados os  
210 dados do relatório mensal de passagens e diárias relativos à ação orçamentária 8249. A secretária-



211 executiva substituta Randriene Maia realizou leitura detalhada de valores, empenhos, liquidações,  
212 saldos disponíveis e percentuais de execução, destacando que o saldo disponível permitiria atender  
213 às necessidades da reunião e da conferência. Não houve manifestações contrárias ou pedidos de  
214 esclarecimento adicionais. A conselheira Maria Aparecida Guerra Vicente agradeceu a participação  
215 dos membros envolvidos e registrou que a revisão do plano de ação da comissão continuaria na  
216 reunião de fevereiro de dois mil e vinte e seis. Em sequência, passou-se ao item referente às notas de  
217 posicionamento do CNAS. O conselheiro Ricardo de Santana Marques apresentou o item quatro da  
218 pauta, relativo a outros assuntos, destacando a nota de posicionamento do CONANDA contrária à  
219 PEC nº 18/22. A nota foi lida integralmente no pleno, ressaltando violações a direitos fundamentais,  
220 impactos negativos à saúde, educação, desenvolvimento e inclusão social de adolescentes. O  
221 encaminhamento foi aprovado, e ficou registrado que o CNAS referendaria o posicionamento e o  
222 divulgaria amplamente. O presidente Edgilson Tavares de Araújo registrou em ata que o CNAS  
223 também publicou nota de repúdio à chacina ocorrida no Rio de Janeiro e se manifestou contrário à  
224 aprovação do PDL relativo à pedofilia, acompanhando o posicionamento do CONANDA, solicitando  
225 que tais registros constassem formalmente na ata para fins de memória institucional. Também sugeriu  
226 que durante a 14ª Conferência fosse criado um espaço para a exposição das notas produzidas pelo  
227 conselho ao longo do ano. Em continuidade à ordem de trabalhos, retornou-se à apresentação da  
228 Comissão de Política da Assistência Social, que prosseguiu com a leitura integral dos dispositivos da  
229 minuta de resolução referente ao Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para gestantes e  
230 crianças, contemplando o detalhamento das visitas domiciliares, regras de atuação profissional e  
231 articulação com a rede socioassistencial. Foram lidos os artigos referentes às atribuições dos  
232 profissionais de nível superior e médio, às responsabilidades municipais e do Distrito Federal, e às  
233 competências relacionadas ao planejamento, orientação técnica, educação permanente, elaboração e  
234 atualização dos planos de acompanhamento familiar, bem como à manutenção da qualidade técnica,  
235 ética e pedagógica do serviço. Em seguida, foram lidas as disposições referentes à transição do  
236 Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz para o novo serviço, com definição das datas,  
237 critérios de cofinanciamento federal, manutenção de tetos financeiros, possibilidade de utilização dos  
238 saldos existentes e previsão de finalização da transição em trinta e um de dezembro de dois mil e  
239 vinte e seis. As disposições finais da resolução foram lidas, incluindo a previsão de que o Ministério  
240 do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e os órgãos de controle poderão  
241 solicitar documentos e esclarecimentos a qualquer tempo, e que a resolução entrará em vigor a partir

242 de primeiro de janeiro de dois mil e vinte e seis. Após a leitura completa, o presidente Edgilson  
243 Tavares de Araújo verificou votos favoráveis, declarando a aprovação da resolução com dezesseis  
244 votos, sem votos contrários ou abstenções. Na sequência, deu-se continuidade à discussão sobre o  
245 item da pauta relativo ao edital de credenciamento nº 20/2025. O conselheiro Ricardo de Santana  
246 Marques registrou que a nota de posicionamento apresentada pela Comissão de Política sobre o edital  
247 buscava esclarecer as diferenças entre unidades de atendimento extra-hospitalar destinadas a pessoas  
248 com transtornos por uso de substâncias e os serviços de acolhimento vinculados ao Sistema Único de  
249 Assistência Social, SUAS. Foi reforçado que os serviços do SUAS se fundamentam em princípios  
250 protetivos, assegurando autonomia, vínculos familiares e comunitários, e que não compactuam com  
251 práticas que restrinjam liberdades e direitos de usuários. O documento apresentou fundamentos  
252 legais, diretrizes técnicas e apontamentos sobre os riscos de desvirtuamento de competências entre  
253 políticas públicas distintas, destacando normas da assistência social, princípios antimanicomiais e  
254 legislações pertinentes. Após leitura e análise, foi encaminhado que, uma vez aprovada, a nota seria  
255 amplamente divulgada e enviada às entidades da RENILA. Em seguida, o conselheiro Elias de Sousa  
256 Oliveira registrou agradecimento ao CNAS e aos trabalhadores do serviço, enfatizando que o  
257 processo de construção dos parâmetros representou avanços significativos e reforçando que o objetivo  
258 coletivo é assegurar qualidade, proteção e valorização profissional, declaração que foi registrada  
259 integralmente em ata. Na continuidade da pauta, passou-se à leitura e apresentação do documento  
260 referente à nota de posicionamento sobre os serviços de acolhimento no SUAS, apresentada  
261 anteriormente pelo conselheiro Ricardo de Santana Marques. O documento reafirmou a finalidade do  
262 acolhimento socioassistencial, enfatizando que o atendimento deve garantir proteção integral e  
263 segurança a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e desproteção, sem práticas  
264 restritivas de direitos e com respeito aos princípios estabelecidos na Lei Federal nº 10.216 de dois mil  
265 e um. Após leitura integral, o presidente Edgilson Tavares de Araújo verificou manifestação do pleno,  
266 não havendo votos contrários ou abstenções, sendo a nota aprovada. Em prosseguimento, registraram-  
267 se os itens finais da pauta relacionados aos informes gerais e às manifestações dos conselheiros.  
268 Foram retomadas informações sobre demandas recebidas, incluindo pedidos de capacitação,  
269 solicitações de informações e esclarecimentos encaminhados por conselhos municipais, bem como  
270 limitações operacionais e de agenda decorrentes da realização da 14ª Conferência Nacional de  
271 Assistência Social. Foi registrado que o Ofício nº 148 do Conselho Municipal de Assistência Social  
272 de Curitiba, que solicitava capacitação sobre a Resolução nº 182, recebeu resposta formal informando

a impossibilidade de atendimento em razão do período de organização da Conferência. Também foram registradas discussões sobre a expectativa manifestada pelo público no chat quanto à aprovação do Plano Nacional, reforçando que tal deliberação não estava prevista naquela data, esclarecimento solicitado pelo conselheiro Elias de Sousa Oliveira e incluído em ata para evitar interpretações equivocadas. Em continuidade à reunião, deu-se prosseguimento ao item referente aos relatórios das comissões, incluindo a leitura integral do relato da Comissão de Normas da Assistência Social, que abordou análise de contribuições da consulta pública relativas à revisão da Resolução CNAS nº 34 de dois mil e onze, contemplando ajustes redacionais, acolhimento de sugestões, estruturação de encaminhamentos e definição de nova data de reunião para continuidade da análise, conforme agenda previamente definida. Também foi registrada a retomada da discussão sobre minuta de resolução relacionada à fiscalização e manifestação dos conselhos de assistência social quanto à conformidade da execução das ofertas socioassistenciais pelas entidades, sendo informado que tal debate não pôde ser concluído devido à prioridade dada à leitura das contribuições da consulta pública, ficando a pauta para continuidade em reunião posterior. No item de outros assuntos, registrou-se o informe do Ofício nº 148 do Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba, solicitando capacitação sobre a Resolução nº 182. A comissão respondeu formalmente, registrando que, em razão das atividades relativas à 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, não seria possível atender à solicitação no período indicado. Na sequência, registrou-se a apresentação da Comissão de Controle Social das Deliberações da Conferência, que realizou a leitura integral de trechos referentes ao acompanhamento das metas do Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz, incluindo dispositivos das resoluções vigentes, tetos financeiros, critérios de redução de metas, processos de adesão municipal, responsabilidades de cofinanciamento e diretrizes de organização do serviço. Foram lidos artigos referentes ao período de transição, à manutenção do cofinanciamento até a consolidação da migração para o novo serviço, aos critérios para pactuação de metas na CIT e às disposições finais da resolução. Após a leitura dos artigos e anexos, o presidente Edgilson Tavares de Araújo observou que, caso necessário, o conselheiro Elias de Sousa Oliveira poderia realizar esclarecimentos adicionais, registro feito para fins de memória, sem alterações de conteúdo. Em seguida, passou-se à leitura da pauta referente à Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. Foram apresentados os encaminhamentos técnicos para o lançamento de livros, incluindo procedimentos de inscrição, responsabilidades de autores, logística de transporte, local do evento, horários e formato da programação, conforme proposta da SubTerceira. Também foi apresentada a leitura do funcionamento

da Relatoria da conferência, com detalhamento de atividades, pontos focais e orientações para sistematização de sugestões ao regimento interno. Em continuidade, registrou-se a apresentação do sistema de consolidação das contribuições da consulta pública sobre o regimento interno da conferência, com quarenta e três destaques analisados e sistematizados conforme diretrizes e deliberações do CNAS, sendo encaminhado à aprovação do pleno. Ainda na pauta da conferência, foram lidos os resultados do relatório mensal da ação orçamentária 8249, relativos aos gastos com passagens e diárias, demonstrando valores empenhados, liquidados, pagos e saldos disponíveis para execução até o final do exercício. A apresentação indicou percentuais de utilização dos recursos e projeções de saldo para novembro e dezembro, confirmando viabilidade financeira para a realização da reunião e da conferência. A conselheira Maria Aparecida Guerra Vicente agradeceu a participação dos envolvidos e registrou que a revisão do plano de ação da comissão prosseguiria na reunião de fevereiro de dois mil e vinte e seis. Em prosseguimento, registrou-se a apreciação de diversas notas de posicionamento do CNAS. Foram lidas integralmente as notas contrárias ao edital de credenciamento nº 20/2025, contrárias à Proposta de Emenda à Constituição nº 18/22, bem como as notas já publicadas pelo CNAS sobre a chacina no Rio de Janeiro e sobre o PDL referente ao tema da pedofilia, acompanhando posicionamento do CONANDA. O presidente Edgilson Tavares de Araújo solicitou que todas essas notas fossem registradas formalmente na ata e sugeriu que, durante a conferência, fosse criado um espaço para exposição das notas produzidas ao longo do ano. Todos os encaminhamentos foram aprovados sem votos contrários ou abstenções. Com o encerramento da pauta e não havendo mais manifestações, o presidente Edgilson Tavares de Araújo agradeceu a participação dos conselheiros, da secretaria executiva, das equipes técnicas, dos representantes das comissões e do público que acompanhou a reunião, declarando a conclusão dos trabalhos da 344ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social.

Edgilson Tavares de Araújo

**Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social**

Brasília/DF

Outubro de 2025